

20 Recebido a 08/09/2023



Na reunião de 20 de setembro de 2023 foi aprovado por unanimidade, pelos Deputados PS, PSD, CH e IL, na ausência de BE e PCP

Exmo. Senhor

Deputado Alexandre Quintanilha

Presidente da Comissão de Educação e Ciência

Palácio de São Bento, 8 de setembro de 2023

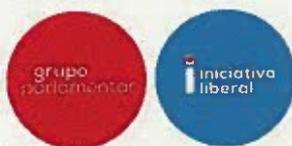
Assunto: Pedido de audição urgente do Ministro da Educação

Exmo. Senhor Presidente,

O Plano de Recuperação das Aprendizagens 21 | 23 Escola + (Plano 21 | 23), que foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº90/2021, de 7 de julho de 2023 como resposta aos efeitos da pandemia, adota um conjunto de ações integradas nos eixos “Ensinar e aprender”, “Apoiar as comunidades educativas” e “Conhecer e avaliar” com o objetivo de recuperar as aprendizagens dos alunos do ensino básico e secundário.

O Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal tem-se debruçado sobre o tema da recuperação de aprendizagens desde o início e tem acompanhado com preocupação a execução e monitorização do Plano 21 | 23, levantando dúvidas sobre a existência de meios para a sua execução, a sua medição de eficácia e as bases para tomada de decisão nesse âmbito.

De facto, a proposta da Iniciativa Liberal para prolongar do Plano 21 | 23 por mais um ano letivo, que resultou na Resolução da Assembleia da República 30/2023 “Recomenda ao Governo a avaliação e eventual reforço e prolongamento da Escola+, com vista à recuperação de aprendizagens”), incluía, além do seu prolongamento, recomendações claras sobre a necessidade de avaliar o impacto do Plano e de apresentar os resultados do Plano, ao nível dos alunos abrangidos e do seu desempenho nas ações específicas implementadas pelo plano.



A conceção do Plano 23|24 também ficou envolta em dúvidas o que levou a Iniciativa Liberal a inquirir o Governo acerca da falta de meios e medição de eficácia para o Plano 23|24 de Recuperação de Aprendizagens. O Governo afirmou que beneficiou “dos resultados apurados através de processos de monitorização do Plano 21|23 Escola+ e do conhecimento, experiência e aprendizagens adquiridos, desde logo pelas escolas, com a sua implementação”, mas permanecem muitas dúvidas entre as quais as razões, por exemplo, para a eliminação do reforço dos créditos horários e a relação desta decisão com a (falta de) evidência de eficácia. Dada a diminuição de financiamento, o Ministério da Educação defendeu a “concentração de esforços na continuidade das medidas que mais vezes foram sinalizadas pelas escolas” e também nas que “revelaram maior eficácia”, não havendo no entanto avaliação da eficácia e havendo opiniões contraditórias em relação à importância dos créditos horários.

Ademais, a tomada de decisão em relação ao Plano 23|24 com base na eficácia das medidas do Plano 21|23 fica comprometida pelo relatório de auditoria do Tribunal de Contas (nº 10/2023-AUDIT, de 27 de julho de 2023) ao concluir que *“o reforço dos recursos é reconhecido na comunidade educativa, mas existem insuficiências na definição do Plano 21|23, como prioridades pouco claras, insuficiente afetação de recursos, excessivo número de ações e inexistência de metas e de indicadores para efeitos de monitorização e avaliação”*.

Constata-se assim que que o Governo afirma ter preparado o Plano 23|24 tendo em conta as medidas que revelaram maior eficácia, eficácia essa que o Tribunal de Contas contesta esta medida, monitorizada e completa.

De facto, esta auditoria consubstancia muitas das preocupações da Iniciativa Liberal, que têm sido alertadas e debatidas com o Senhor Ministro e tentativamente refutadas. Constata-se, na presente auditoria, a indicação de problemas nas áreas da definição, financiamento, execução e monitorização e avaliação, nomeadamente:

- o “Definição do plano 21|23: Recursos reforçados e aplicação flexível nas ações, mas não foram pré definidos indicadores e metas”
- o “Financiamento: A informação é insuficiente, não permitindo conhecer e apreciar o esforço financeiro envolvido”



- “Execução das 51 ações previstas: 14% concluídas, 84% ainda em curso e diversos constrangimentos”
- “Monitorização e avaliação: Foi estabelecida a estrutura responsável, mas existem insuficiências no sistema de acompanhamento e controlo”
 - O site Escola + foi criado para aceder à monitorização, mas a informação é insuficiente e com um desfasamento de um ano
 - A monitorização incidu sobre menos de 1/3 das ações: a “Escola LER” foi adotada pela maioria das escolas
 - A avaliação encontra-se prejudicada por ainda não existirem indicadores de impacto apropriados
 - O diagnóstico e avaliação limitados e a inexistência de um sistema de recolha de informação fiável são aspetos críticos que constroem a aferição do sucesso do Plano 21 | 23

Estas incidências são claras, e graves. Muitos destes temas foram aflorados pela Iniciativa Liberal em debates e urge agora, com mais uma evidência de auditoria preocupante, indicar ao Senhor Ministro a pronúncia e, sobretudo, o compromisso de resolução e de avanço sobre esta matéria. O tema da recuperação das aprendizagens é demasiado importante e o escrutínio essencial para que esta auditoria não seja em vão. No início do ano lectivo, após anos entre a pandemia e instabilidade lectiva, não podemos começar um ano lectivo sem clareza e determinação neste plano, sem confiança e sem uma efectiva cultura de informação e dados.

Neste sentido, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal vem requerer a V. Exa que providencie uma audição com carácter de urgência do Senhor Ministro da Educação, na Comissão de Educação para prestar todos os esclarecimentos relativos ao tema e compromisso sobre cada um dos pontos e em concordância do efectivo desígnio que tem de ser a efectiva recuperação de aprendizagens.



Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal vem requerer a V. Exa. que providencie, **com caráter de urgência**, a audição do Senhor Ministro da Educação na Comissão de Educação e Ciência.

Com os melhores cumprimentos,

Os Deputados da Iniciativa Liberal:

Carla Castro
João Cotrim Figueiredo
Bernardo Blanco
Carlos Guimarães Pinto
Joana Cordeiro
Patrícia Gilvaz
Rodrigo Saraiva
Rui Rocha